

**A. I. N°** - 055862.2004/06-2  
**AUTUADO** - COMERCIAL DE ALIMENTOS CALMONENSE LTDA.  
**AUTUANTE** - EREMITO GOLÇALVES DE ROMA  
**ORIGEM** - INFAZ JACOBINA  
**INTERNET** - 17.10.2006

#### 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

##### ACÓRDÃO JJF N° 0299-01/06

**EMENTA:** ICMS. CONTA “CAIXA” SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. SIMBAHIA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Saldo credor da conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Infração subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 30/06/2006, exige imposto no valor de R\$9.901,95, pela falta de recolhimento do ICMS decorrente de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de saldo credor de caixa, nos meses de fevereiro a abril, junho, agosto e dezembro de 2004, janeiro, fevereiro, abril, agosto, novembro e dezembro de 2005.

O autuado, à fl. 358, apresentou defesa alegando que seja desconsiderada a irregularidade observada, no mês de abril de 2004, no valor de R\$ 1.218,86, haja vista que no período a conta “Caixa” apresentou saldo devedor, conforme demonstra o saldo ajustado no Auto de Infração.

O autuante, à fl. 360, informou proceder ao pedido do autuado, referente ao valor lançado no mês de abril de 2004, visto ter havido um erro de digitação, não fazendo parte do Auto de Infração o referido período.

#### VOTO

Foi exigido imposto decorrente de omissão de saída de mercadorias tributáveis, apurada através de saldo credor da conta “Caixa”, previsão legal estabelecida no art. 4º, § 4º, da Lei nº 7014/96, tendo o sujeito passivo reconhecido expressamente o cometimento da irregularidade, alegando, apenas, o fato de ter sido exigido imposto, no mês de abril de 2004, quando o saldo da conta “Caixa” havia apresentado saldo devedor, não caracterizando, portanto, a presunção de omissão de receita alegada, em relação a este mês. Na informação fiscal, o autuante acolhe o argumento, esclarecendo ter havido erro de digitação.

Analisando as peças processuais, verifico que, equivocadamente, o autuante ao elaborar o demonstrativo da conta “Caixa” mantém em todos os meses o saldo demonstrado na contabilidade do sujeito passivo e, ao fazer o ajuste incluindo, no levantamento, os pagamentos omitidos pelo contribuinte em sua escrita, aponta valores relativos a saldos “credor e/ou devedor” de forma equivocada.

No entanto, como o sujeito passivo expressamente reconhece o cometimento da infração, ou seja, que deixou de emitir notas fiscais quando da realização de operações de saídas de mercadorias tributáveis, confirmando a irregularidade apontada na ação fiscal, passo a demonstrar os valores dos saldos efetivamente ajustados, entretanto, como a diferença apontada resulta em valor superior ao exigido na presente ação fiscal, deve ser observado o disposto no art. 156 do RPAF/99, para que seja exigida a diferença a mais, mediante nova ação fiscal.

EXERCÍCIO DE 2004

Mês/Ano	Saldo anterior	Recebimentos	Pagamentos Razão/Diário	Pagamentos não contabilizados	Saldo ajustado	D / C
					3.467,94	D
01/04	3.467,94	30.821,73	6.700,34	7.263,93	20.325,40	D
02/04	20.325,40	31.485,13	41.000,65	17.002,33	(6.192,45)	C
03/04	0,00	50.682,22	44.031,56	27.875,42	(21.224,76)	C
04/04	0,00	42.572,77	18.029,52	10.890,65	13.652,60	D
05/04	13.652,60	49.100,45	55.983,79	13.154,32	(6.385,06)	C
06/04	0,00	58.602,02	75.301,81	6.785,47	(23.485,26)	C
07/04	0,00	61.038,49	57.325,83	7.170,25	(3.457,59)	C
08/04	0,00	48.188,16	52.864,65	17.667,32	(22.343,81)	C
09/04	0,00	38.578,16	32.294,37	8.707,62	(2.423,83)	C
10/04	0,00	56.806,80	75.533,08	18.516,22	(37.242,50)	C
11/04	0,00	67.816,84	50.736,29	15.529,56	1.550,99	D
12/04	1.550,99	83.441,58	115.333,90	2.484,02	(32.825,35)	C
TOTAL	-	619.134,35	625.135,79	153.047,11	(155.580,61)	C

EXERCÍCIO DE 2005

Mês/Ano	Saldo anterior	Recebimentos	Pagamentos Razão/Diário	Pagamentos não contabilizados	Saldo ajustado	D / C
01/05	0,00	33.368,74	21.336,67	14.357,44	(2.325,37)	C
02/05	0,00	36.761,95	46.485,29	11.370,06	(21.093,40)	C
03/05	0,00	43.709,30	28.826,28	4.891,23	9.991,79	D
04/05	9.991,79	200.832,08	208.337,80	21.805,57	(19.319,50)	C
05/05	0,00	202.092,75	138.137,90	6.769,35	57.185,50	D
06/05	57.185,50	46.323,76	67.443,50	15.875,15	20.190,61	D
07/05	20.190,61	34.562,07	43.020,61	15.094,44	(3.362,37)	C
08/05	0,00	44.845,05	50.785,42	8.031,97	(13.972,34)	C
09/05	0,00	34.225,51	41.200,73	8.698,74	(15.673,96)	C
10/05	0,00	25.836,28	40.409,29	535,51	(15.108,52)	C
11/05	0,00	39.841,45	55.383,34	548,62	(16.090,51)	C
12/05	0,00	85.540,00	87.277,18	0,00	(1.737,18)	C
TOTAL	-	827.938,94	828.644,01	107.978,08	(108.683,15)	C

Assim, os meses em que apresentaram saldo credor, tendo como previsão legal a omissão de receitas tributáveis e, considerando que o contribuinte se encontra inscrito na condição de Empresa de Pequeno Porte – SimBahia, observado o estabelecido na Lei nº 8.534/02, de 13/12/02, que alterou o art. 19 da Lei nº 7.357/98. Por esta nova redação, o imposto apurado em razão de

omissão de saídas de mercadorias, deve ser tomado como base os critérios e nas alíquotas aplicáveis às operações normais, a partir da ocorrência dos fatos. E os créditos fiscais devem ser apurados utilizando-se o percentual de 8% sobre o valor das saídas computadas na apuração do débito do imposto, em substituição ao aproveitamento de quaisquer outros créditos fiscais, a não ser que o contribuinte comprove a existência de créditos superiores ao acima indicado (§§ 1º e 2º do art. 19 da citada Lei), o valor do imposto devido é o abaixo demonstrado:

Exercício de 2004:

Mês/Ano	Saldo credor Receita omitida	ICMS devido Alíquota 17%	Crédito Fiscal 8%	ICMS a Recolher	ICMS a ser exigido na presente autuação
Fevereiro/04	6.192,45	1.052,72	495,40	557,32	557,32
Março/04	21.224,76	3.608,21	1.697,98	1.910,23	1.502,45
Mai/04	6.385,06	1.085,46	510,80	574,66	0,00
Junho/04	23.485,26	3.992,49	1.878,82	2.113,67	463,15
Julho/04	3.457,59	587,79	276,61	311,18	0,00
Agosto/04	22.343,81	3.798,45	1.787,50	2.010,95	89,51
Setembro/04	2.423,83	412,05	193,91	218,14	0,00
Outubro/04	37.242,50	6.331,22	2.979,40	3.351,82	1.345,10
Dezembro/04	32.825,35	5.580,31	2.626,03	2.954,28	1.849,24
Total	155.580,61	26.448,70	12.446,45	14.002,25	5.806,77

Exercício de 2005:

Mês/Ano	Saldo credor Receita omitida	ICMS devido Alíquota 17%	Crédito Fiscal 8%	ICMS a Recolher	ICMS a ser exigido na presente autuação
Janeiro/05	2.325,37	395,31	186,02	209,29	209,29
Fevereiro/05	21.093,40	3.585,88	1.687,47	1.898,41	815,52
Abril/05	19.319,50	3.284,31	1.545,56	1.738,75	1.530,97
Julho/05	3.362,37	571,60	268,99	302,61	0,00
Agosto/05	13.972,34	2.375,30	1.117,79	1.257,51	688,38
Setembro/05	15.673,96	2.664,57	1.253,92	1.410,65	0,00
Outubro/05	15.108,52	2.568,41	1.208,68	1.359,73	0,00
Novembro/05	16.090,51	2.735,39	1.287,24	1.448,15	787,56
Dezembro/05	1.737,18	295,32	138,97	156,35	63,46
Total	108.683,15	18.476,09	8.694,64	9.781,45	4.095,18

Ante o acima exposto, mantida a infração, para exigir o imposto no valor total de R\$9.901,95, ao tempo em que represento ao órgão competente, para, após decisão na esfera administrativa, ser exigido, mediante nova ação fiscal, o imposto devido, em relação à parcela excedente, haja vista o disposto no art. 156 do RPAF/99, que estabelece: “Art. 156. Ocorrendo evidência de agravamento da infração ou necessidade de lavratura de outro Auto de Infração, deverá o órgão julgador representar à autoridade competente para instaurar novo procedimento fiscal., a menos que o

contribuinte, de forma espontânea, ou seja, antes de iniciada nova ação fiscal, efetue o recolhimento do valor do imposto remanescente.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 055862.2004/06-2**, lavrado contra **COMERCIAL DE ALIMENTOS CALMONENSE LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$9.901,95**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de setembro de 2006.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – JULGADOR

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – JULGADOR